

HABEAS CORPUS Nº 457.386 - MG (2018/0162802-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ARLEY WASHINGTON DE ALMEIDA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. DATA DA ÚLTIMA PRISÃO OU FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. LIMINAR CONFIRMADA.
Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Arley Washington de Almeida** contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Agravo em Execução Penal n. 1.0439.07.067682-0/004).

Consta dos autos que o Juízo das execuções, ao realizar a unificação das penas do paciente, *definiu como marco inicial para obtenção de novos benefícios a data do trânsito em julgado da última condenação* (fl. 80).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi desprovido pela Corte de origem.

Os embargos infringentes opostos não foram acolhidos, nos termos da seguinte ementa (fl. 141):

EMBARGOS INFRINGENTES - AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL - ALTERAÇÃO DO MARCO TEMPORAL ADOTADO PARA BENEFÍCIOS DA EXECUÇÃO - UNIFICAÇÃO DE PENAS - FIXAÇÃO DA DATA DA ÚLTIMA PRISÃO - IMPOSSIBILIDADE.

Como cediço, sobrevindo nova condenação no curso da execução, seja ela por crime anterior ou posterior, interrompe-se a contagem do prazo para a concessão de futuras benesses, que deverá ser novamente calculado com base na soma das penas ainda não cumpridas com a nova sanção, fixando-se a data do trânsito em julgado da última condenação como marco para a aquisição de novos benefícios.

Alega a Defensoria Pública que, *com o advento de nova condenação, não havendo previsão legal expressa, não é possível a interrupção de lapso temporal para*

progressão de regime quando da soma das penas, data máxima vênua, tal interrupção somente é legalmente permitida quando da homologação de sanção disciplinar grave pelo juiz competente, o que não é o caso em epígrafe. Trata-se de mera soma de penas (fl. 10).

Requer seja concedida a ordem liminarmente para suspender o processo, fazendo cessar o constrangimento ilegal, ora suportado pela paciente, e ao final seja concedido o habeas corpus [...] pugnando a defesa que a unificação da pena não interrompa o período para aquisição de benefícios da execução penal (fl. 21).

Liminar deferida pela Ministra Laurita Vaz para, até o julgamento deste writ, determinar que a unificação das penas não acarrete alteração no termo inicial para a concessão de benefícios (fls. 151/154).

Solicitadas informações, essas foram prestadas à fl. 166.

O Ministério Público interpôs agravo regimental (fls. 223/234), o qual foi desprovido (fls. 239/242), e, posteriormente, opôs embargos de declaração (fls. 250/253), os quais foram rejeitados (fls. 257/261).

Em seu parecer, o *Parquet* opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 279/293).

É o relatório.

Há manifesta ilegalidade a ser sanada.

Com efeito, razão assiste ao paciente, isso porque a Terceira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, ocorrido em 22/2/2018, da relatoria do Ministro Rogerio Schietti Cruz, alterou o anterior posicionamento jurisprudencial, passando a entender que **a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não serve de novo parâmetro para fixação da data-base para concessão de benefícios à execução, não podendo, assim, ser desconsiderado o período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado após e já apontado como falta grave.**

Como dito no voto condutor, *é preciso ressaltar que a unificação de nova condenação definitiva já possui o condão de recrudescer o quantum de pena restante a ser cumprido pelo reeducando, logo, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios, a despeito da ausência de previsão legal, configura excesso de execução, baseado apenas em argumentos extrajurídicos.*

Além disso, registre-se que, no caso de cometimento de falta grave, devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte:

A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional (Súmula 441/STJ).

A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração (Súmula 534/STJ).

A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ).

Nos termos da Súmula 441/STJ, a falta grave **não** interrompe o prazo para a concessão do livramento condicional, por ausência de previsão legal, *e esse entendimento se aplica mesmo no caso de unificação de pena, a qual, do mesmo modo, não atinge o indulto e a comutação. Precedentes (AgRg no REsp n. 1.601.714/MG, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 17/2/2017).*

Feitas essas considerações, denota-se ilegalidade flagrante apta à concessão da ordem.

Em face do exposto, confirmo a liminar e **concedo** a ordem de *habeas corpus* para afastar o reinício da contagem do lapso temporal necessário à eventual obtenção de livramento condicional, comutação de penas ou indulto do paciente, bem como estabelecer a data da última prisão, ou a data do cometimento da última falta grave, como a data-base para a aquisição de benefícios futuros na execução da pena, observado o disposto nas Súmulas 441, 534 e 535/STJ.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

